



TERMO DE REFERÊNCIA
Fornecimento de Energia Elétrica no Ambiente Livre de Contratação
– Filiais

TR/DIMP/8/2026

Equipe Responsável	
Elaboração	
Divisão de Manutenção Predial - DIMP	Fábio Rezende da Silva Mat. 365.297
Divisão de Manutenção Predial – DIMP	Dalil Mady Filho Mat. 342.386
Aprovação Motivada	
<i>Considerando que o Termo de Referência elaborado se apresenta de forma conveniente e oportuna para atender a demanda exposta no Estudo Técnico encaminho este Termo para aprovação. Os elementos para que as empresas especifiquem seus preços estão no Termo de Referência e o valor da estimativa será incluído oportunamente no processo, após pesquisa ao mercado pela área competente.</i>	
Departamento de Engenharia e Manutenção Predial – DEMP	Diego Souto Monteiro Matrícula: 343.749

HISTÓRICO DE REVISÕES

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO	AUTOR
25/02/2025	01	Versão inicial	Fábio Rezende da Silva

14/08/2025	02	Inclusão de outras filiais e revisão geral	Fábio Rezende da Silva
30/10/2025	03	Definição dos volumes de energia e Revisão geral	Fábio Rezende da Silva
12/11/2025	04	Revisão dos itens 6.3 e 6.4 e inclusão do item 12	Fábio Rezende da Silva
08/12/2025	05	Apontes SECD	Fábio Rezende da Silva
05/02/2026	06	Apontes Jurídico	Fábio Rezende da Silva
30/03/2026	07	Revisão desconto da TUSD em função da Lei nº 15.269/2025	Fábio Rezende da Silva

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento de até 108.981 MWh de Energia Elétrica proveniente do Ambiente de Contratação Livre (ACL), por até 60 (sessenta) meses e na modalidade varejista, incluindo a emissão do Certificado Internacional de Energia Renovável (I-REC), visando ao suprimento unidades da DATAPREV localizadas nos estados do Rio de Janeiro (CV-RJ), São Paulo (SP), Paraíba (PB) e Distrito Federal (DF).

1.1.1. Para as Unidades Consumidoras do **Rio de Janeiro (CV-RJ), São Paulo (SP) e Distrito Federal (DF)**, que já se encontram no Ambiente de Contratação Livre (ACL) e possuem direito adquirido nos termos da Lei nº 15.269/2025, a energia fornecida deverá ser 100% proveniente de fontes incentivadas, com direito a redução de 50% (cinquenta por cento) na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), especificamente na parcela referente à demanda, enquanto vigente a legislação que ampara esse benefício.

1.1.2. Para a Unidade Consumidora da Paraíba (PB), a energia fornecida deverá ser 100% proveniente de fonte renovável apta à emissão de Certificado I-REC, não sendo aplicável o desconto de 50% da TUSD conforme Lei nº 15.269/2025.

1.1.3 Para todas as Unidades Consumidoras da DATAPREV, será obrigatória a emissão do **Certificado Internacional de Energia Renovável (I-REC)** correspondente ao volume de energia consumida, independentemente da existência ou não de desconto na TUSD.

1.1.4. O contrato deverá permitir variações na carga contratada, assegurando flexibilidade de consumo de até 50% (cinquenta por cento), tanto para redução quanto para aumento.

1.1.5. A sazonalização do contrato será *flat*, ou seja, o consumo será distribuído de forma constante ao longo de cada ano do calendário civil.

1.1.5.1. A DATAPREV, doravante CONTRATANTE, poderá alterar a sazonalidade flat para o ano vindouro, desde que avise a CONTRATADA até o final de novembro, do ano anterior.

1.1.6. O fornecimento de energia deverá ser compatível com os submercados correspondentes às localidades das unidades da CONTRATANTE, respeitando as condições específicas de cada região.

ITEM	SUBMERCADO	OBJETO	PERÍODO DE SUPRIMENTO
Item 1	Sudeste/Centro-Oeste	Rio de Janeiro (CV-RJ)	01/01/2027 a 31/12/2031
Item 2		São Paulo (SP)	01/01/2027 a 31/12/2031
Item 3		Distrito Federal (DF)	01/01/2028 a 31/12/2031
Item 4	Nordeste	Paraíba (PB)	01/01/2027 a 31/12/2031

Tabela 1 – Submercados dos itens contratados

1.1.7 O valor total contratado contempla a flexibilidade superior de 50% (cinquenta por cento) sobre a quantidade total de MWh. Sendo faturado apenas o efetivamente consumido no período referente ao faturamento mensal.

ITEM	OBJETO	ENERGIA (MWh)	
		ENERGIA (FLAT)	MÁXIMO (FLEX SUP +50%)
Item 1	Rio de Janeiro (CV-RJ)	28.945	43.417,5
Item 2	São Paulo (SP)	31.085	46.627,5
Item 3	Distrito Federal (DF)	9.984	14.976,0
Item 4	Paraíba (PB)	2.640	3.960,0
TOTAL			108.981,0

Tabela 2 – Itens de contratação

1.2. De modo a aumentar a competitividade do certame será permitida a participação de empresas em consórcio respeitando-se as limitações da Lei 13.303/2016.

1.3. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

1.3.1. A vedação se justifica pela necessidade de garantir conformidade regulatória junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, doravante CCEE, na modalidade varejista, bem como evitar riscos jurídicos e operacionais decorrentes da perda de controle sobre obrigações contratuais e regulatórias.

1.4. O contrato possui fornecimento mínimo de **48 (quarenta e oito meses) meses e máximo de 60 meses**, com datas de início e término que variam de acordo com o Item, conforme detalhado na Tabela 1.

1.5. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão, realizado sob a forma eletrônica, conforme previsto no art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016. O certame adotará o critério de julgamento pelo menor preço global, considerando o conjunto dos itens licitados.

1.6. A seguir, apresentamos a quantidade de energia a ser contratada em cada período, de acordo com a localidade.

Compra de Energia para Atendimento - Unidade Consumidora			
DCRJ			Consumo Adotado
Período de Suprimento			Energia Flat (MWh)
Período	Início	Término	Flexibilidade (+50% / - 50%)
1	01/01/2027	31/12/2027	5.221
2	01/01/2028	31/12/2028	5.639
3	01/01/2029	31/12/2029	5.973

4	01/01/2030	31/12/2030	6.056
5	01/01/2031	31/12/2031	6.056
TOTAL CONTRATADO (MWh)			28.945

Tabela 3 – Detalhamento do Item 1 – Rio de Janeiro (CV-RJ)

Compra de Energia para Atendimento - Unidade Consumidora			
DCSP			Consumo Adotado
Período de Suprimento			Energia Flat (MWh)
Período	Início	Término	Flexibilidade (+50% / - 50%)
1	01/01/2027	31/12/2027	5.833
2	01/01/2028	31/12/2028	6.084
3	01/01/2029	31/12/2029	6.334
4	01/01/2030	31/12/2030	6.417
5	01/01/2031	31/12/2031	6.417
TOTAL CONTRATADO (MWh)			31.085

Tabela 4 – Detalhamento do Item 2 – São Paulo (SP)

Compra de Energia para Atendimento - Unidade Consumidora			
DCDF			Consumo Adotado
Período de Suprimento			Energia Flat (MWh)
Período	Início	Término	Flexibilidade (+50% / - 50%)
1	01/01/2028	31/12/2028	2.496
2	01/01/2029	31/12/2029	2.496
3	01/01/2030	31/12/2030	2.496
4	01/01/2031	31/12/2031	2.496
TOTAL CONTRATADO (MWh)			9.984

Tabela 5 – Detalhamento do Item 3 – Distrito Federal (DF)

Compra de Energia para Atendimento - Unidade Consumidora			
Unidade de Desenvolvimento PB			Consumo Adotado
Período de Suprimento			Energia Flat (MWh)
Período	Início	Término	Flexibilidade (+50% / - 50%)
1	01/01/2027	31/12/2027	528
2	01/01/2028	31/12/2028	528
3	01/01/2029	31/12/2029	528
4	01/01/2030	31/12/2030	528
5	01/01/2031	31/12/2031	528
TOTAL CONTRATADO (MWh)			2.640

Tabela 6 – Detalhamento do Item 4 – Paraíba (PB)

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. A comercialização (compra e venda) de energia elétrica será realizada por intermédio de uma comercializadora varejista.

2.2. A energia fornecida às Unidades Consumidoras deverá ser proveniente de **100% de fontes renováveis aptas à emissão do Certificado Internacional de Energia Renovável (I-REC)**, sendo obrigatórias fontes incentivadas para as unidades do Rio de Janeiro (CV-RJ), São Paulo (SP) e Distrito Federal (DF), que possuem direito adquirido ao desconto de 50% na parcela de demanda da TUSD, nos termos da Lei nº 15.269/2025. Para a unidade da Paraíba (PB), admite-se energia proveniente de fonte renovável não incentivada, como, por exemplo, UHE, desde que certificável por I-REC, **não havendo aplicação do referido desconto**.

2.3. A adequação da infraestrutura poderá sofrer alterações em função de atrasos no processo de migrações perante as distribuidoras/concessionárias ou a critérios da CONTRATANTE, observando os procedimentos determinados pela CCEE. Acarretando atraso no início de fornecimento de energia, objeto deste contrato, sem ônus para a CONTRATANTE.

2.3.1 As adequações que forem necessárias **não estão incluídas** na presente contratação. Contudo, compete à CONTRATADA oferecer suporte técnico na contratação das adequações da infraestrutura do SMF, visando à migração e denúncia dos contratos junto às Distribuidoras.

2.4. O objeto contratual deverá ser disponibilizado até o Ponto de Entrega, localizado no Centro de Gravidade do Submercado correspondente à instalação, durante todo o período de suprimento da energia contratada.

2.4.1. No Submercado Sudeste/Centro-Oeste, as unidades consumidoras da CONTRATANTE são os Data Center do Rio de Janeiro (CV-RJ), São Paulo (SP) e Distrito Federal (DF). O fornecimento de energia elétrica está dividido em até cinco períodos, conforme as condições descritas a seguir:

DCRJ – Data Center Rio de Janeiro		
Período 1		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2027	24:00 de 31/12/2027
Período 2		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2028	24:00 de 31/12/2028
Período 3		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2029	24:00 de 31/12/2029
Período 4		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2030	24:00 de 31/12/2030
Período 5		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2031	24:00 de 31/12/2031

Tabela 7 – Suprimento do Item 1 – Rio de Janeiro (CV-RJ)

DCSP – Data Center São Paulo		
Período 1		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2027	24:00 de 31/12/2027
Período 2		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2028	24:00 de 31/12/2028
Período 3		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2029	24:00 de 31/12/2029
Período 4		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2030	24:00 de 31/12/2030
Período 5		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2031	24:00 de 31/12/2031

Tabela 8 – Suprimento do Item 2 – São Paulo (SP)

DCDF – Data Center Distrito Federal		
Período 1		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2028	24:00 de 31/12/2028
Período 2		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2029	24:00 de 31/12/2029
Período 3		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2030	24:00 de 31/12/2030
Período 4		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2031	24:00 de 31/12/2031

Tabela 9 – Suprimento do Item 3 – Distrito Federal (DF)

2.4.2. No Submercado Nordeste, a unidade consumidora da CONTRATANTE é a Unidade de Desenvolvimento da Paraíba (PB). O fornecimento de energia elétrica está dividido em cinco períodos, conforme as condições descritas a seguir:

Unidade de Desenvolvimento da Paraíba (PB)		
Período 1		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2027	24:00 de 31/12/2027
Período 2		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2028	24:00 de 31/12/2028
Período 3		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2029	24:00 de 31/12/2029
Período 4		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2030	24:00 de 31/12/2030
Período 5		
Período de suprimento	Início	Término
	00:00 de 01/01/2031	24:00 de 31/12/2031

Tabela 10 – Suprimento do Item 4 – Paraíba (PB)

2.5. A entrega da energia no ponto de medição para faturamento permanece responsabilidade da Concessionária de energia, através de Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD.

2.6. A qualidade do fornecimento de energia elétrica é regulada pelos Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição ou Transmissão e de Uso do Sistema de Distribuição ou Transmissão, celebrados com a Concessionária Distribuidora ou Transmissora local, não sendo parte do objeto licitado.

2.7. O objeto não contempla serviços relativos à adaptação ao Sistema de Medição para Faturamento (SMF) das Unidades Consumidoras (UCs) para o fornecimento de energia elétrica no ACL, porém contempla intermediação junto às distribuidoras de energia, CCEE e CONTRATANTE durante o processo de migração.

2.8. A quantidade de Unidades Consumidoras (UCs) poderá ser alterada, mediante inclusão, exclusão ou substituição, a critério da CONTRATANTE, desde que observados os critérios estabelecidos pela CCEE e com comunicação prévia a CONTRATADA. Alterações que impactem o volume de energia contratado deverão ser formalizadas por meio de aditivo contratual, respeitando os limites previstos na legislação vigente.

2.9. Em todas as etapas da solução deverão ser considerados os requisitos previstos na legislação vigente no âmbito da comercialização de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre que é regida pela legislação aplicável ao setor elétrico brasileiro da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e Operador Nacional do Sistema (ONS), especialmente: Lei nº 10.438, de 26/04/2002: estabelece a criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA); Lei nº 10.848, de 15/03/2004: dispõe sobre a comercialização de energia elétrica; Decreto nº 5.163, de 30/07/2004: regulamenta a comercialização de energia elétrica; Resolução Normativa ANEEL nº 1.011/2022: requisitos e procedimentos atinentes à autorização para comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional – SIN; Resolução Normativa ANEEL Nº 1.000/ 2021: estabelece as Regras de Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica; Portaria Normativa MME nº

50/2022: amplia a participação de consumidores de alta tensão no ACL. Além destas, deverão ser atendidas as demais regulamentações e normas da ANEEL, às Regras de Comercialização e aos Procedimentos de Comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, aos Procedimentos de Rede do ONS, e demais regulamentações, suas respectivas atualizações e outros que venham a sucedê-los.

2.10. Os preços da energia elétrica a serem contratados, conforme as condições específicas do produto, devem incluir **todos os tributos, taxas e encargos previstos na legislação vigente**, como ICMS, PIS e COFINS, entre outros.

2.11. Deverão ser considerados na composição dos preços todos os riscos associados ao registro da quantidade contratada, bem como todos os custos daí decorrentes, obrigações, tributos, tarifas, **impostos**, encargos setoriais, encargos de transmissão, distribuição e conexão, encargos setoriais de responsabilidade do Agente Vendedor, perdas de transmissão porventura devidas e/ou verificadas em face da disponibilização da energia contratada até o Ponto de Entrega.

2.12. Deverão ser considerados na composição dos preços fixos todas as tarifas horárias, todos os impostos, leis sociais, encargos, contribuições associativas junto à CCEE e outros que possam surgir, devendo-se destacar as alíquotas consideradas na composição do preço.

3. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO (Unidade Consumidora – UC):

Unidade Dataprev PB – Avenida Getúlio Vargas, 47 – Centro – João Pessoa
Rodrigo Silveira de Souza – rodrigo.silveira@dataprev.gov.br
Olavo Jose Leite Neto – olavo.leite@dataprev.gov.br
Bárbara Lumy Noda Nogueira – barbara.nogueira@dataprev.gov.br
Pedro Henrique dos Santos Ribeiro – pedro.sribeiro@dataprev.gov.br
Jose Carlos Saraiva da Rocha – jose.saraiva@dataprev.gov.br

DCDF - Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, Blocos E/F, Brasília - DF
Fábio Rezende da Silva – fabio.dasilva@dataprev.gov.br
Jose Carlos Saraiva da Rocha – jose.saraiva@dataprev.gov.br
Edson Oliveira Gonzaga – edson.gonzaga@dataprev.gov.br

DCRJ - Rua Cosme Velho, nº 6, Cosme Velho – Rio de Janeiro/RJ
Pedro Henrique dos Santos Ribeiro – pedro.sribeiro@dataprev.gov.br
Jose Carlos Saraiva da Rocha – jose.saraiva@dataprev.gov.br
Luis Fernando Fonseca de Oliveira – luis.oliveira@dataprev.gov.br

DCSP - Rua Doutor Manoel Vitorino, 343, Brás – São Paulo/SP
Laerte Lopes: laerte.lopes@dataprev.gov.br
Denise da Silva Ferreira: denise.ferreira@dataprev.gov.br
Fernando Lopes do Nascimento - fernando.lnascimento@dataprev.gov.br

4. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO – HABILITAÇÃO TÉCNICA:

4.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na Câmara de Comércio de Energia Elétrica (CCEE), em plena validade, com devida autorização para atuação como Comercializador Varejista.

4.1.1. Tal exigência resguarda o interesse público ao assegurar que o fornecedor possui a habilitação técnica, a segurança jurídica e a capacidade operacional necessárias para representar consumidores no Ambiente de Contratação Livre (ACL), mitigando riscos regulatórios e garantindo a adequada execução do contrato de fornecimento de Energia Elétrica na modalidade varejista. Pois é o instrumento para o reconhecimento de um comercializador varejista, exigência primária para o fornecimento de energia do objeto deste Termo de Referência.

4.2. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, fornecida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em característica, ao fornecimento de energia no ACL.

4.2.1. Os licitantes deverão comprovar através da disponibilização dos Relatórios da CCEE com Certificado Digital:

a) Ter comercializado (venda), nos últimos 12 (doze) meses os seguintes montantes:

ENERGIA (MWh)	ENERGIA ANUAL (MWh)	
FLAT – 60 MESES	MÉDIA	MÍNIMA
54.000	10.800	5.400

Tabela 11 – Limites de energia para fins de habilitação

b) Os limites estabelecidos acima são justificados por representarem o mínimo necessário para permitir a adequada avaliação da capacidade técnica da CONTRATADA em atender ao fornecimento da energia anual requerida. Ressalta-se que o percentual exigido, em relação ao total da energia a ser contratada, está em conformidade com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), que admite a fixação de até 50% como limite máximo.

4.2.2. Será aceito, complementarmente, o somatório de atestados, notas fiscais ou contratos de venda de energia elétrica no ACL de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade do período supracitado ser ininterrupto.

4.2.3. Os atestados, notas fiscais ou contratos deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

4.2.4. Somente serão aceitos atestados ou contratos, datados e assinados, expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

4.3. Certidão de adimplemento emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) válida na data prevista da sessão pública.

4.3.1. Tal exigência faz-se necessária para que se comprove que o licitante está de acordo com as normas internas da CCEE, e visando o afastamento de licitantes que porventura venham a comprometer o bom funcionamento das atividades cruciais para o órgão.

5. GARANTIA

5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos do art. 70 da Lei 13.303/2016, pois todas as obrigações junto à CCEE no mercado varejista são repassadas à CONTRATADA, que irá representar a CONTRATANTE junto à CCEE. Caso a varejista não venha a cumprir os requisitos estabelecidos no contrato de geração de energia ou afins, esta será imputada nos termos da Lei junto à CCEE, não havendo qualquer vínculo da administração junto à CCEE.

6. DAS CONDIÇÕES DE MEDIÇÃO, FATURAMENTO, PAGAMENTO E REAJUSTES

6.1. Medição:

6.1.1. A CONTRATADA obterá a medição da energia consumida por meio do sistema de coleta de dados de energia – SCDE, ou aquele que vier a substituí-lo, dentro dos prazos previstos nas regras e procedimentos de comercialização determinados pela CCEE.

6.1.2. As quantidades registradas, mensalmente, no medidor do ponto de medição, serão acrescidas do fator

de perdas e abatidas da energia contratada no PROINFA, para fins de determinação da energia mensal faturável.

6.1.3. A CONTRATANTE, no que lhe competir, permitirá amplo acesso às suas instalações às representantes da CONTRATADA, da CCEE, da ANEEL e ou qualquer terceiro por estes indicados, com vistas a assegurar que as medições efetuadas reflitam com precisão o fornecimento da energia consumida, bem como estejam em conformidade com os padrões técnicos aplicáveis.

6.1.4. A CONTRATANTE solicitará à Concessionária de Distribuição acesso à CONTRATADA:

- a) Para instalação de dispositivo que realize a medição remota da memória de massa dos medidores de energia elétrica, caso solicitado;
- b) Acesso físico aos ativos de medição, mediante solicitação.

6.2. Faturamento:

6.2.1. O faturamento da energia será realizado mensalmente, devendo ser emitida uma nota fiscal/fatura para cada unidade consumidora, em conformidade com a quantidade da Energia Mensal Faturável, em megawatts-hora (MWh), de acordo com os parâmetros a seguir:

6.2.2. Caso a Energia Mensal Faturável esteja entre a Energia Mensal Contratada multiplicada pela flexibilidade mínima e máxima estabelecidas no ANEXO II, o faturamento para o referido mês será calculado da seguinte forma:

$$FAT_M = EMF_M * PEC_M$$

Onde:

FAT_M = Faturamento referente ao Mês Contratual ⁽¹⁾

EMF_M = Energia Mensal Faturável; ⁽²⁾

PEC_M = Preço da Energia Mensal Contratada válido para cada ano do Período de Fornecimento e reajustado, vigente no Mês Contratual

M = Mês Contratual

Notas:

(1) O valor faturado deverá contemplar **todos os tributos, taxas e encargos previstos na legislação vigente**, tais como **ICMS**, PIS e COFINS, entre outros.

(2) A energia mensal faturável será a energia consumida, acrescida do fator de perdas e abatida a energia contratada no PROINFA.

6.2.3. Caso a Energia Mensal Faturável seja menor do que a Energia Mensal Contratada multiplicada pelo limite inferior da Flexibilidade Mensal estabelecida no ANEXO II, o faturamento para o referido mês será calculado da seguinte forma:

$$FAT_M = \text{máximo}(EMF_M; 1,0) \times PECm_M$$

onde:

FAT_M = Faturamento, referente ao Mês Contratual

EMF_M = Energia Mensal Faturável,

$PECm_M$ = Preço contratual válido para o mês de Fornecimento, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PECm_M = \frac{(EMC_M * L_{inf} * PEC_M) - \{[(EMC_M * L_{inf}) - EMF_M] * PEC_{min}_M\}}{\text{máximo}(EMF_M; 1,0)}$$

EMC_M = Energia Mensal Contratada

L_{inf} = Limite inferior estabelecido no Anexo II

PEC_M = Preço da Energia Mensal Contratada válido para cada ano do Período de Fornecimento e reajustado, vigente no Mês Contratual

PEC_{min}_M = Preço Contratual da Energia Consumida Mínima, definidos no item 4.1 da Obs. do Anexo II

M = Mês Contratual

6.2.4. Caso a Energia Mensal Faturável seja maior do que a Energia Mensal contratada multiplicada pelo limite superior da flexibilidade mensal estabelecida no ANEXO II, o faturamento para o referido mês será calculado da seguinte forma:

$$FAT_M = EMF_M \times PECe_M$$

onde:

FAT_M = Faturamento, referente ao Mês Contratual

EMF_M = Energia Mensal Faturável,

$PECe_M$ = Preço Contratual válido para o mês de Fornecimento, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PECe_M = \frac{(EMC_M * L_{sup} * PEC_M) + \{[EMF_M - (EMC_M * L_{sup})] * PEC_{max}_M\}}{EMF_M}$$

EMC_M = Energia Mensal Contratada

L_{sup} = Limite superior estabelecido no ANEXO II

PEC_M = Preço da Energia Mensal Contratada válido para cada ano do Período de Fornecimento e reajustado, vigente no Mês Contratual

PEC_{max}_M = Preço Contratual da Energia Excedente, definidos no item 4.2 da Obs. do ANEXO II

M = Mês Contratual

6.2.5. Caso o volume mensal contratado somado à flexibilidade superior de 50% seja integralmente consumido, a CONTRATADA irá cobrar os eventuais consumos adicionais ao PLD de cada mês, acrescido do spread em que ocorreu. O spread será definido no Anexo II deste Termo.

6.2.6. Na hipótese de o volume mensal consumido ser superior ao volume mensal contratado somado à flexibilidade superior de 50% e persistir por mais de 06 (seis) meses consecutivos, a CONTRATADA, de comum acordo com a CONTRATANTE, sentar-se-ão à mesa e farão um Termo Aditivo ao Contrato com o volume adicional, no montante máximo de 25%.

6.2.6.1. O preço da energia atinente ao novo montante será o praticado no mercado de energia no momento da assinatura do Termo Aditivo.

6.2.7. No preço global estimado do CONTRATO estará incluído todos os custos necessários para sua realização, **respeitando a legislação aplicável**, tais como mão de obra, **impostos federais, estaduais e municipais**, taxas, contribuições e emolumentos, vale-transporte, auxílio alimentação, seguros de acidente de trabalho ou outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre a contratação.

6.2.8. A CONTRATADA, por este instrumento e na melhor forma de direito, exime a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade fiscal ou tributária decorrente da má interpretação na aplicação dos institutos da imunidade, isenção, não incidência e suspensão da incidência dos tributos ou contribuições de qualquer espécie.

6.2.9. Se para determinado mês contratual, o percentual de redução na TUSD entregue pela CONTRATADA na venda da Energia Mensal Faturável for menor que o percentual de referência para redução na TUSD, definido no **item 2** da Obs. do ANEXO II, a CONTRATADA deverá ajustar o preço do mês seguinte de faturamento considerando o seguinte cálculo:

$$AJTUSD_K = EMF_k * \left(\frac{PREF_R - PRED_k}{PREF_R} \right) * VPNA_k$$

$AJTUSD_K$ = Ajuste de preço pela diferença entre o Percentual de Referência para Redução na TUSD e o Percentual de Redução na TUSD entregue pela Vendedora para a Energia Mensal Faturável de determinado Mês Contratual (em R\$).

EMF_k = Energia Mensal Faturável de determinado Mês Contratual (em MWh).

$PREF_R$ = Percentual de Referência para Redução na TUSD, indicado no item 2 da Obs. do Anexo II para o Mês Contratual (em %).

$PRED_k$ = Percentual de Redução na TUSD da Vendedora para determinado Mês Contratual, disponibilizado pela CCEE após processamento da contabilização de cada Mês Contratual (em %).

$VPNA_k$ = Valor proporcional de Redução na TUSD não entregue, equivalente à componente de preço definida como R\$ 40,00 / MWh, reajustado anualmente pelo mesmo índice de correção aplicado ao Preço Contratual.

k = Cada um dos Meses Contratuais em que ocorrer o disposto no Caput deste item.

6.2.10. Em função da sistemática de apuração dos percentuais de redução na TUSD, poderá ocorrer defasagem temporal, por parte da CCEE, na aplicação efetiva do percentual na TUSD entregue pela CONTRATADA.

6.2.11. Os percentuais de redução na TUSD, em função das revisões realizadas pela CCEE, poderão sofrer

reavaliações e recálculo do valor componente de preço, sempre que essas revisões ocorrerem.

6.2.12. Na impossibilidade de cumprimento, o ressarcimento do desconto na TUSD, quando a Unidade Consumidora for elegível ao benefício, será calculado e liquidado sob a forma de desconto no Preço Contratual, limitando-se às unidades que possuem direito adquirido nos termos da Lei nº 15.269/2025.

6.3. Aceite

6.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar o relatório referente a energia consumida de cada unidade consumidora até o 5º dia útil subsequente ao mês de suprimento.

6.3.2. O representante da CONTRATANTE, designado como fiscal do serviço, poderá confirmar a energia elétrica faturada por 3 (três) meios:

- a) Com base nos relatórios emitidos pelo SCDE;
- b) Leitura *in loco* do respectivo medidor da UC;
- c) Pelo código do medidor de cada UC via distribuidora/concessionária.

6.4. Condições de Pagamento

6.4.1. O pagamento da energia elétrica consumida será realizado mensalmente em conformidade com a quantidade da energia mensal faturável.

6.4.2. A CONTRATADA somente emitirá a Nota Fiscal, **em arquivo PDF**, para cada unidade consumidora após o recebimento do Relatório de Medição que será encaminhada pela Gestão Administrativa do contrato. Essa autorização será concedida com base no Relatório de Gestão Técnica (RGT) emitido pela Fiscalização Técnica do contrato, conforme o relatório mensal de energia previsto no **item 6.3.1**.

6.4.3. A CONTRATADA deverá indicar, na Nota Fiscal, o número do contrato, o número da medição e o período de prestação dos serviços.

6.4.4. A CONTRATANTE efetuará o pagamento mediante crédito em conta corrente, até o 15º dia útil do mês subsequente ao mês de suprimento, mediante o recebimento da Nota Fiscal.

6.4.5. Constatando a CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à CONTRATADA em, no máximo, 5 (cinco) dias úteis a contar da apresentação, acompanhada das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as devidas correções. Neste caso, o CONTRATANTE terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data da reapresentação do documento, para efetuar o pagamento.

6.4.6. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento de Faturas referentes à prestação dos serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas contratuais.

6.4.7. A gestão administrativa do contrato informará os procedimentos, para que a CONTRATADA apresente, mensalmente, a documentação indicada entre as alíneas A a F:

- a) Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidões Negativas de Débitos do Estado e do Município;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT emitida pelo Poder Judiciário do Trabalho;
- e) SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- f) CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal;

6.4.8. A Nota Fiscal da CONTRATADA com retenção do INSS, caso seja aplicável, deverá ser encaminhada para a CONTRATANTE, pelo endereço eletrônico: atendimento.ucr@dataprev.gov.br, (os demais documentos exigidos mantêm o prazo já estabelecido), em atendimento a implementação da Escrituração

Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), que faz parte das obrigações acessórias do eSocial. O envio em atraso poderá incorrer em encargos moratórios para a CONTRATADA.

6.4.9. Do pagamento a ser efetuado na forma e condições estipuladas neste Instrumento, serão descontadas as multas ou acrescidos os créditos porventura devidos ou a receber pela Contratada.

6.4.10. A CONTRATANTE se reserva o direito de deduzir de qualquer crédito devido as eventuais diferenças pagas a maior.

6.5. Reajustes

6.5.1. O reajuste será procedido para cada valor contratado (parcelas, saldos de parcelas) aplicado às parcelas contratualmente vincendas e vencidas e representará a quantia que deverá ser acrescida ou deduzida daquelas importâncias em consequência da variação do índice de preços definido.

6.5.2. O reajuste de preços terá periodicidade anual, a contar da data limite para apresentação da proposta que deu origem ao contrato, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, com base na variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

6.5.3. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

7.2. Dar ciência imediata a CONTRATANTE, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

7.3. Prestar suporte técnico na contratação de adequação da infraestrutura do SMF visando à migração e denúncia dos contratos junto às Distribuidoras.

7.4. Reconhecer ser a única e exclusiva responsável para os casos de:

- a) Imperfeição, insegurança ou falta de solidez nos trabalhos executados;
- b) Inobservância de leis, regulamentos ou postura;
- c) Emprego de ferramentas e equipamentos inadequados, incluindo os de segurança individual;
- d) Inadimplência dos encargos trabalhistas, sociais e tributários.

7.5. Apresentar mensalmente a gestão técnica do CONTRATO um relatório mensal de energia, contendo no mínimo:

- a) Histórico de Custo Unitário (R\$/MWh)
- b) Histórico de Consumo x Contrato x Flexibilidade mensal (MWh)
- c) Histórico de Demanda
- d) Histórico de Árvores Poupadas (Um)
- e) Histórico de Carbono não Emitido (t)
- f) Histórico de Economia (R\$ Mil)
- g) Composição mensal dos Custos com Energia faturável
- h) Resumo Comparativo Mensal Cativo x Livre
- i) Detalhamento de Custos de Energia Livre
- j) Detalhamento de Custos com Distribuidora Local (Uso do Fio)
- l) Histórico das Bandeiras Tarifárias

7.6. Prestar assessoria a CONTRATANTE visando o cumprimento das regras e procedimentos de

comercialização varejista estipulados pela CCEE e órgãos reguladores do sistema elétrico brasileiro, bem como alertar mudanças que impactem a CONTRATANTE, informando imediatamente a CONTRATANTE sobre qualquer alteração na legislação aplicável no Ambiente de Contratação Livre (ACL), bem como a criação de novos tributos e/ou alteração e/ou extinção destes, além da criação e/ou extinção de encargos setoriais.

7.7. Atuar como agente comercializador, na modalidade varejista, no ambiente de contratação livre.

7.8. Representar a CONTRATANTE perante as distribuidoras/concessionárias de energia nos assuntos relacionados ao cumprimento do objeto contratual.

7.9. Ser o AGENTE REPRESENTANTE na CCEE.

7.10. Acompanhar e apresentar relatório mensal do registro de medição dos pontos de consumo do CONTRATANTE no SCDE – Sistema de Coleta de Dados de Energia Elétrica no ACL.

7.11. Disponibilizar boletins informativos sobre o mercado de energia elétrica, análise de cenários e perspectivas para o sistema de energia das unidades deste contrato.

7.12. Enviar, anualmente, as informações e quantidades devidas do contrato de PROINFA.

7.13. Dar suporte técnico para obtenção das informações da DEVEC.

7.14. Verificar as diferenças entre o desconto contratado na TUSD e o desconto efetivado no processamento mensal da CCEE e, a pedido prévio da CONTRATANTE, elaborar o cálculo de ressarcimento.

7.15. Atuar junto à CCEE e órgãos correlatos para solução de eventuais problemas de fornecimento de energia e/ou penalidades aplicadas e outras situações que assim a exijam.

7.16. Registrar e/ou ajustar e validar os contratos de comercialização de energia elétrica firmados pelo CONTRANTE no SIGACCEE.

7.17. Executar o balanço energético objetivando a otimização dos contratos e dos custos.

7.18. Consolidar os montantes de energia para fins de faturamentos de energia.

7.19. Adquirir energia elétrica de outros produtores ou do parque próprio de geração em operação comercial da CONTRATADA ou do grupo econômico para entrega no centro de gravidade do submercado de entrega da CONTRATANTE, conforme indicado no Anexo II.

7.20. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender pronta e irrestritamente.

7.21. Assessorar a CONTRATANTE no processo de retorno ao ACR, se for o caso.

7.22. Conferir e validar as faturas de cobrança pelo Uso do Sistema de Distribuição (USD) e nas faturas de fornecedores de energia a fim de garantir que não haja pagamentos indevidos.

7.23. Aferir os descontos na TUSD, associados aos contratos de fornecimento de energia incentivada, quando aplicável às unidades elegíveis ao benefício, além da interação com fornecedores para ressarcimento nos casos nos quais ocorrer este desconto (redução do montante financeiro das atuais unidades livres e indicativo de propostas de soluções para melhoria dos resultados, incluindo a hipótese de retorno para o ambiente regulado.

7.24. Assumir todos os riscos, custos, obrigações, responsabilidades, tributos **federais, estaduais e municipais**, tarifas, encargos setoriais, encargos de transmissão, distribuição e perdas da rede básica

porventura devidos e/ou verificados em face da disponibilização da ENERGIA ELÉTRICA CONTRATADA no centro de gravidade do submercado de entrega decorrentes das atividades de geração ou comercialização, previstos na legislação vigente.

7.25. Realizar, mensalmente, a estimativa da fatura da Distribuidora de Energia Elétrica.

7.26. Validar a fatura do vendedor de energia elétrica no ACL.

7.27. Validar o reajuste de preços contratados de energia elétrica no ACL junto à CCEE.

7.28. Prever em seus custos as despesas mensais com encargo de energia de reserva – EER, encargo de segurança do sistema-ESS, taxa de mensalidade na CCEE, tributos, penalidade por insuficiência de lastro de potência.

7.29. Assinar o Contrato para Comercialização Varejista (CCV) – ANEXO IV – conforme minuta anexa à resolução ANEEL nº 1.011/2022.

7.30. Modelar as cargas no Sistema de Contabilização e Liquidação (SIGACCEE).

7.31. Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, em ocorrência da espécie, em que forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificado o acidente em dependências da CONTRATANTE, serão de sua total e exclusiva responsabilidade.

7.32. As multas, indenizações ou despesas impostas a CONTRATANTE por autoridade competente, em decorrência do descumprimento, pela CONTRATADA, deste Contrato, de Lei ou Regulamento aplicável à espécie, serão de sua total e exclusiva responsabilidade.

7.33. A CONTRATANTE não manterá qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, compete a esta o cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos mesmos, quando em serviço, em qualquer das dependências da CONTRATANTE.

7.34. Qualquer erro ou imperícia no fornecimento do insumo pela CONTRATADA a obrigará à correção, por sua conta e risco.

7.35. A CONTRATADA deverá credenciar junto a CONTRATANTE um preposto responsável pelo acompanhamento integral do fornecimento do insumo durante toda a vigência do contrato, indicando o nome, documento de identidade, telefone e e-mail, para contato.

7.36. Sempre que houver a necessidade de substituição do preposto responsável, a CONTRATANTE deverá ser imediatamente comunicada.

7.37. A existência de divergências entre a CONTRATADA e CONTRATANTE não deverá, em nenhuma hipótese, justificar a paralisação do fornecimento do insumo pela CONTRATADA.

7.38. Indicar um preposto, em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, que fará a interlocução com a Gestão Técnica e a Gestão administrativa do Contrato, bem como tratará de assuntos relacionados à presente contratação, informando o número do telefone e e-mail, para contato;

7.39. Manter comunicação constante com a gestão técnica e administrativa do contrato por meio dos contatos definidos no plano de comunicação, informando, imediatamente, qualquer alteração nos referidos contatos;

7.40. Demonstrar, mensalmente, que mantém as condições de habilitação da licitação para a adequada prestação dos serviços contratados e para o atendimento das demandas da CONTRATANTE, com qualidade e tempestividade.

7.41. Apresentar orçamento discriminado com preços unitários por item, contendo exatamente os itens/subitens e as respectivas unidades da planilha padrão DATAPREV (Anexo II – Planilha de Formação de Custos).

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

8.2. A CONTRATANTE, no que lhe conferir, permitirá amplo acesso às suas instalações aos representantes da CONTRATADA, da CCEE, da ANEEL e/ou qualquer terceiro por estes indicados, com vistas a assegurar que as medições efetuadas, reflitam com precisão o fornecimento da energia consumida, bem como estejam em conformidade com os padrões técnicos aplicáveis.

8.3. Transmitir a DEVEC à Secretaria de Fazenda, quando aplicável.

8.4. Assinar Contrato para Comercialização Varejista (CCV) junto à CCEE, conforme minuta anexa à resolução ANEEL nº 1.011/2022.

8.5. Atender os requisitos exigidos pela Distribuidora para adequação do sistema de medição de faturamento - SFM das unidades consumidoras.

8.6. Rejeitar, no todo ou em parte, a solução entregue pela CONTRATADA fora das especificações deste Termo.

8.7. Comunicar a CONTRATADA toda e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento e instalação dos equipamentos.

8.8. Fiscalizar, podendo sustar, recusar, solicitar fazer ou desfazer qualquer entrega ou serviços que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

8.9. Caberá a CONTRATANTE manter vigente, durante o período de vigência do presente instrumento, os Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição e de Uso do Sistema Elétrico de Distribuição com a Concessionária outorgada pela ANEEL para a distribuição local.

8.10. Caberá a CONTRATANTE os encargos relativos ao Uso do Sistema de Transmissão e de Distribuição e os custos de Conexão ao Sistema de Transmissão e de Distribuição, decorrentes de contratos específicos firmados entre a CONTRATANTE e a Concessionária de Distribuição local.

8.11. Contra a aplicação das penalidades a CONTRATANTE formalizará a irregularidade à CONTRATADA, de forma a possibilitar a defesa prévia da mesma, concedendo o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação da justificativa, a contar da notificação enviada via Correio Eletrônico ou Sedex, cabendo à CONTRATANTE a solução final e definitiva sobre a questão.

8.12. Outorgar à CONTRATADA, quando solicitada por esta, procuração específica, conforme Anexo III, a fim de que esta possa representá-la perante a concessionária e/ou distribuidora de energia elétrica, geradores e demais órgãos competentes, com exclusividade, visando, única e exclusivamente, a consecução do objeto do contrato.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Por inadimplência de qualquer cláusula ou condição do presente contrato, seja por imperfeição, erro ou atraso, a CONTRATADA incorrerá em infração contratual, ficando sujeita às sanções constantes desta cláusula aplicável isolada ou cumulativamente, a critério da CONTRATANTE, ressalvados os motivos de força maior ou caso fortuito comprovados pela CONTRATADA e aceitos pela CONTRATANTE.

9.2. Com fundamento nos artigos 82, 83 e 84 da Lei nº 13.303/2016, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

9.2.1. Advertência.

9.2.2. Multa.

9.2.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

9.3. As penalidades de advertência e suspensão poderão ser aplicadas juntamente com a de multa.

9.4. As penalidades previstas acima não excluem a aplicação, quando cabíveis, de outras previstas em legislação própria.

9.5. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa, garantindo a defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação, sem prejuízo às sanções estabelecidas nos Artigos 82 e 83 da Lei nº 13.303/2016.

9.6. O somatório das multas de cada competência ficará limitado a 10% (dez por cento) do valor total mensal do contrato, a ser aplicado na fatura da competência subsequente à dos fatos geradores que as originaram, salvo no caso da última competência do contrato, sobre a qual incidirão os valores das multas nela originadas.

TABELA 1

INFRAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	04	Por ocorrência
02	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	04	Por dia
03	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, dentro do escopo da contratação.	03	Por ocorrência
04	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência, do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas.	01	Por ocorrência
05	Interromper a comunicação com a gestão do contrato.	01	Por ocorrência
06	Deixar de apresentar a documentação informada no item 6.4.7 alíneas de A a F	02	Por ocorrência
07	Deixar de responder, dentro do prazo estabelecido, às comunicações oficiais da DATAPREV.	02	Por dia
08	Deixar de manter as condições habilitatórias durante a vigência do contrato.	03	Por ocorrência

TABELA 2

PERCENTUAL DA MULTA

GRAU	PERCENTUAL DA MULTA
01	0,1% sobre o valor da medição da locação, por ocorrência ou por dia de atraso.
02	0,5% sobre o valor da medição da locação, por ocorrência ou por dia de atraso.
03	0,8% sobre o valor da medição da locação, por ocorrência ou por dia de atraso.
04	1% sobre o valor da medição da locação, por ocorrência ou por dia de atraso.
05	2% sobre o valor da medição da locação, por ocorrência ou por dia de atraso.

10. RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A rescisão do contrato se dá:

I – de forma unilateral;

II – por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE e para a CONTRATADA;

III – determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por determinação judicial.

10.2. Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

I – o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

III – o descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

IV – a prática de atos lesivos à administração pública previstos na Lei 12.846 de 2013;

V – inobservância da vedação ao nepotismo;

VI – prática de atos que prejudiquem ou comprometam a imagem ou reputação da CONTRATANTE, direta ou indiretamente;

VII – razões de interesse público motivadas pela autoridade competente da CONTRATANTE.

§ 1º. A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos I, III, IV, V e VI será efetivada após a observância ao direito à ampla defesa e contraditório.

§ 2º. Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

10.3. Na ocorrência de rescisão contratual, deverá ser observado o seguinte:

10.3.1. Ocorrendo a rescisão deste CONTRATO, a PARTE inadimplente obriga-se a manter a PARTE adimplente isenta de quaisquer obrigações e responsabilidades nos termos deste CONTRATO, inclusive no âmbito da CCEE, responsabilizando-se também pelo pagamento de quaisquer ônus decorrentes de tal rescisão.

10.3.2. A rescisão do presente CONTRATO não libera as PARTES das obrigações devidas até a data de rescisão e não afetará ou limitará qualquer direito que, expressamente ou por sua natureza, deva permanecer em vigor após a rescisão ou que dela decorra.

10.3.3. O registro deste CONTRATO será cancelado na CCEE na hipótese de sua rescisão.

10.4. Em qualquer situação a CONTRATANTE formalizará a irregularidade à CONTRATADA, de forma a possibilitar a defesa prévia da mesma, concedendo o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação da justificativa, a contar da notificação enviada via Correio Eletrônico ou Sedex, cabendo à CONTRATANTE a solução final e definitiva sobre a questão.

11. RESILIÇÃO CONTRATUAL POR INICIATIVA DO REPRESENTADO

11.1. Em caso de substituição do agente varejista atual por outro, o novo agente varejista que, já habilitado, pretenda efetivar a representação deve, primeiramente, celebrar novo CCV com o representado, nos termos da regulamentação vigente e da seção específica deste submódulo, e solicitar, por meio do sistema, a transferência dessa unidade consumidora,

Informando no mínimo:

a) O código da unidade consumidora;

b) O código do agente conectado ao qual a unidade está conectada;

c) O código do novo agente varejista responsável pela representação;

d) O código do perfil em que a unidade consumidora deve ser contabilizada;

e) O mês pretendido para início da nova contratação.

11.2. O mês pretendido para o início da nova contratação, mencionado nas premissas anteriores, deve ser indicado respeitando, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos contados a partir da data da solicitação realizada no sistema (exemplo: se o mês pretendido para o início da nova contratação for maio, a solicitação deve ser realizada no sistema pelo novo agente varejista ou pelo agente conectado até o último dia de janeiro).

11.3. O prazo de 90 dias é dispensado em caso de rescisão contratual por iniciativa de ambas as partes (comum acordo).

11.4. Realizada a solicitação no sistema pelo novo agente varejista ou pelo agente conectado responsável, o sistema enviará notificação ao atual agente varejista representante da unidade consumidora, que deve analisar e responder a solicitação até M-12 dias úteis, sendo “M” o mês pretendido para início da nova contratação.

11.5. Caso a solicitação seja aprovada, a nova representação varejista ou o retorno da unidade consumidora ao mercado cativo terá início a partir do primeiro dia do mês pretendido.

11.6. Ao aprovar a solicitação, o atual varejista atesta a adimplência da unidade consumidora.

11.7. Caso o agente varejista atual não responda à solicitação no prazo estabelecido, a transferência da unidade consumidora para o novo agente varejista ou para o agente conectado, conforme o caso, será realizada de forma compulsória pela CCEE e terá início a partir do primeiro dia do mês pretendido, desde que respeitados os noventa dias mínimos contados a partir da data da solicitação realizada no sistema. Caso o prazo mínimo não seja respeitado, a solicitação será cancelada e a unidade consumidora permanecerá sob a responsabilidade do agente varejista atual.

12. ANTICORRUPÇÃO, CONFORMIDADE E INTEGRIDADE

12.1. A CONTRATADA cumprirá a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e o respectivo Decreto regulamentador, nº 11.129/2022, notadamente em ter e manter um Programa de Integridade (art. 56 do Decreto nº 11.129/2022), assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da CONTRATANTE, em especial a Política de Conformidade e Integridade da CONTRATANTE, a Política de Transações com Partes Relacionadas, Plano Diretor de Integridade Corporativa e o Código de Conduta Ética e Integridade da CONTRATANTE, comprometendo-se a CONTRATADA a não praticar qualquer atividade que constitua uma violação à referida legislação.

12.1.1. As Partes declaram e garantem que nenhuma fase da execução do contrato, como, a título de exemplificação, a de obtenção de licenças ou autorizações oficiais relevantes, aprovação de testes operacionais ou inspeções de bens ou locais, será realizada através de meios ilícitos.

12.1.2. As Partes comprometem-se ainda a adotar medidas razoáveis e eficazes para assegurar que todos seus colaboradores, empregados e dirigentes, que trabalham direta ou indiretamente no Contrato, cumprem tal garantia.

12.1.3. A obrigação de não corrupção das Partes mantém-se após a cessação de vigência do presente Contrato.

12.2. A CONTRATADA declara, garante e aceita que, com relação a este contrato, não praticará nem tentará praticar qualquer solicitação, não houve e não haverá nenhuma solicitação, exigência, cobrança ou obtenção para si e para outrem de vantagem indevida ou promessa de vantagem indevida, a pretexto de influir em ato praticado por agente público e/ou privado, restando expresso, ainda, que nenhum favorecimento, taxa, dinheiro ou qualquer outro objeto de valor foi ou será pago, oferecido, doado ou prometido pela CONTRATADA ou por qualquer de seus agentes ou empregados, direta ou indiretamente.

12.3. A CONTRATADA, por meio de todos seus colaboradores, empregados e dirigentes, que trabalham direta ou indiretamente no contrato também se obrigam a cumprir a legislação referida no **item 12.1** e

garante que não irá, em razão deste contrato, ou de quaisquer outras transações comerciais envolvendo as partes, transferir qualquer coisa de valor, direta ou indiretamente, a qualquer pessoa do setor privado ou servidores e empregados públicos, de todas as esferas, a fim de obter ou manter qualquer outro benefício ou vantagem indevida.

12.4. A CONTRATADA declara e garante que não está (I) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção; (II) no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foram condenados ou indiciados sob a acusação de corrupção ou suborno; (III) listados em alguma entidade governamental, como o CGU-CEIS e o CNEP, ou suspeitos de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro; (IV) sujeitos a restrições ou sanções econômicas e de negócios por prática anticoncorrencial; e (V) banidos ou impedidos, de acordo com qualquer lei que seja imposta ou fiscalizada por qualquer entidade governamental.

12.4.1. O termo "corrupção", conforme utilizadas nesta cláusula e nesse contrato, como um todo, incluem extorsão, suborno ou concussão, tráfico de influência e lavagem de dinheiro decorrente destas práticas.

12.5. A CONTRATADA obriga-se a manter registros contábeis fidedignos e concorda que, a CONTRATANTE poderá, nos termos da legislação aplicável, proceder à verificação de Integridade (*Due Diligence*) e verificação de compliance com a CONTRATADA de que trata essa cláusula, inclusive diligências visando avaliar a conformidade, qual seja, o cumprimento de todos os regulamentos, leis e legislação anticorrupção pela CONTRATADA, sendo que a CONTRATADA irá cooperar totalmente no curso de qualquer verificação de conformidade, obrigando-se a apresentar as informações e documentos eventualmente necessários, sempre que solicitado, inclusive quanto ao preenchimento, sempre que provocado, do *Due Diligence* de Integridade da CONTRATANTE.

12.6. A CONTRATADA notificará prontamente, por escrito, a CONTRATANTE acerca do recebimento de qualquer notificação de qualquer entidade governamental – qualquer dos poderes e administração pública direta ou indireta – relacionada a fatos ou investigações relativas a atos de corrupção, a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta cláusula.

12.6.1. Caberá a CONTRATANTE, por meio de seu sistema de Integridade interno, avaliar as providências cabíveis, de suspensão e/ou demais penalidades legais e contratuais, inclusive de processo administrativo interno de responsabilização de pessoa jurídica, previsto na legislação descrita no **item 12.1**, bem como normatizado internamente pela CONTRATANTE, e a ser conduzido pela Corregedoria da CONTRATANTE.

12.7. O descumprimento dessa cláusula pela CONTRATADA ou seus colaboradores, empregados e dirigentes, ressalvadas as demais hipóteses de rescisão previstas em lei ou neste instrumento, será considerado uma infração grave e conferirá à CONTRATANTE o direito de rescindir de imediato o contrato, ficando a CONTRATADA obrigada a eximir a CONTRATANTE de quaisquer ações, perdas e danos decorrentes de tal descumprimento. Ainda, nessa hipótese de violação a qualquer legislação anticorrupção, conformidade e de Integridade, a CONTRATADA ficará responsável por indenizar a CONTRATANTE contra todo e qualquer dano que esta suporte em razão do descumprimento das obrigações e declarações estabelecidas nesta cláusula.

13. DA GESTÃO CONTRATUAL:

13.1. Gestão Técnica – Divisão de Manutenção Predial – DIMP.

13.2. Gestão Administrativa – Divisão de Gestão Administrativa de Contratos Diversos – DGCD.

14. VIGÊNCIA CONTRATUAL:

14.1. O instrumento contratual terá vigência total de 68 (sessenta e oito) meses a partir da assinatura do contrato, independentemente da data de início efetivo do fornecimento de energia elétrica para cada unidade, conforme disposto na Tabela abaixo:

ITEM	OBJETO	PERÍODO DE SUPRIMENTO	PERÍODO DE CONTRATO
Item 1	Rio de Janeiro (CV-RJ)	01/01/2027 a 31/12/2031	68 meses a partir da assinatura do contrato
Item 2	São Paulo (SP)	01/01/2027 a 31/12/2031	
Item 3	Distrito Federal (DF)	01/01/2028 a 31/12/2031	
Item 4	Paraíba (PB)	01/01/2027 a 31/12/2031	

Tabela 12 – Vigência Contratual

14.2. O início do fornecimento de energia elétrica para cada Unidade Consumidora ocorrerá de acordo com suas condições regulatórias, prazos operacionais e procedimentos junto à CCEE e às distribuidoras locais, não implicando prorrogação, suspensão ou deslocamento da vigência contratual. Dessa forma, eventual atraso na migração da PB não implicará deslocamento do calendário, ocorrendo apenas o fornecimento pelo prazo contratual previsto.

14.3. A Unidade Consumidora do **Rio de Janeiro (CV-RJ)** migrou para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) em **08/2021**, a unidade de **São Paulo (SP)** em **06/2021** e a unidade do **Distrito Federal (DF)** em **11/2022**, não sendo necessárias adequações nas instalações elétricas dessas unidades para a continuidade da contratação.

14.4. Considerando que apenas a Unidade Consumidora da **Paraíba (PB)** necessita realizar a **denúncia do contrato vigente com a distribuidora local**, deverão ser observados os prazos regulatórios mínimos de 6 (seis) meses para a denúncia, conforme disposto no §4º do art.133 da Resolução Normativa ANEEL nº1.000/2021, acrescidos de 2 (dois) meses adicionais destinados aos procedimentos administrativos necessários à efetivação da migração ao Ambiente de Contratação Livre, totalizando 8 (oito) meses, já incorporados na vigência contratual de 68 meses.

"§ 4º O prazo mínimo de denúncia do CCER é de:

I - 180 dias em relação ao término da vigência para os CCER com vigência por prazo determinado";

14.5. Conforme determina a legislação vigente, em especial o art. 170 da RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.000, de 7 de dezembro de 2021, e os procedimentos operacionais definidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a migração para o ACL exige um prazo mínimo de **permanência de 5 anos**. Considerando que o processo de migração demanda um período mínimo de **6 meses para sua efetivação**, conforme os ritos estabelecidos pela CCEE, torna-se necessário que o contrato de fornecimento de energia tenha **vigência superior a 60 meses**, de modo a garantir a conformidade com os requisitos regulatórios e assegurar a viabilidade operacional da contratação no mercado livre.

"Art. 170. O consumidor livre ou especial deve formalizar junto à distribuidora, com antecedência mínima de 5 anos, seu interesse em adquirir energia elétrica da distribuidora para cobertura, total ou parcial, das necessidades de energia e potência das unidades consumidoras de sua responsabilidade".

15. ANEXOS

ANEXO I – Glossário

ANEXO II – Planilha de formação de custos

ANEXO III - Instrumento de Procuração

ANEXO IV – Minuta contrato para Comercialização Varejista

*** Este documento se torna válido a partir da assinatura de todos os signatários**

indicados. Estando automaticamente invalidadas assinaturas posteriores realizadas por usuários não indicados.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Rezende da Silva, Líder de Equipe I**, em 24/04/2026, às 06:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dalil Mady Filho, Gerente**, em 24/04/2026, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diego Souto Monteiro, Gerente Executivo**, em 24/04/2026, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://dataprev.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0227366** e o código CRC **F7F16159**.

Referência: Processo nº 44129.011760/2025-38

SEI nº 0227366

Anexos do TR

Fornecimento de Energia Elétrica no Ambiente Livre de Contratação – Filiais

ANEXO I

Glossário

Para os fins e efeitos do contrato, as expressões a seguir terão os seguintes significados:

- a) **ACL – AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE:** Segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de Contratos Bilaterais livremente negociados, conforme Regras e Procedimentos de Comercialização específicos, de acordo com o disposto no Decreto no 5.163, de 2004.
- b) **ACR – AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADO:** Segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre Agentes Vendedores e Agentes de Distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme Regras e Procedimentos de Comercialização específicos, de acordo com o disposto no Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004.
- c) **Agente da CCEE:** qualquer Concessionário, Permissionário ou Autorizado de serviços e instalações de energia elétrica, bem como os Comercializadores e Consumidores Livres e Especiais integrantes da CCEE.
- d) **ANEEL:** Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão normativo e fiscalizador dos serviços de energia elétrica, instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e regulamentada pelo Decreto nº 2.335, de 06 de dezembro de 1997 e suas alterações.
- e) **Agente de Medição:** é o Agente da CCEE, responsável pela coleta, envio e ajuste de dados de medição do Ponto de Medição no SIGACCEE. O Agente de Medição no SIGACCEE é responsável pelas penalidades resultantes do não cumprimento de suas obrigações referentes à medição no SIGACCEE.
- f) **Autoridade Competente:** qualquer órgão governamental, judicial ou arbitral que tenha competência para interferir neste Contrato ou nas atividades das Partes.
- g) **CCEE:** Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob a autorização da Autoridade Competente e sob regulação e fiscalização da ANEEL, cuja finalidade é viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os Agentes da CCEE, restritas ao Sistema Interligado.
- h) **CCER:** CONTRATO DE COMPRA DE ENERGIA REGULADA.
- i) **CUSD:** CONTRATO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO.
- j) **Centro de Gravidade:** é o ponto virtual num Submercado específico do Sistema Interligado Nacional, nos termos das Regras de Comercialização, onde a Energia Contratada é entregue de forma simbólica, para fins de contabilização.

Anexos do TR

Fornecimento de Energia Elétrica no Ambiente Livre de Contratação – Filiais

- k) **Ciclo de Faturamento:** Corresponde a cada mês do Período de Fornecimento ou outro período de medição que venha a ser definido pela CCEE.
- l) **Comercializador Varejista de Energia:** pessoa jurídica de direito privado que recebeu autorização de Autoridade Competente, para realização de operações de compra, venda de energia elétrica e representação varejista, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.
- m) **Convenção de Comercialização:** documento que estabelece a estrutura e a forma de funcionamento da CCEE, instituído pela Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004.
- n) **DEVEC:** declaração do valor de aquisição da energia elétrica em ambiente de contratação livre.
- o) **Encargos Setoriais:** são todas as taxas, contribuições, encargos e custos específicos do setor elétrico, incluindo, mas sem se limitar aos Encargos de Serviço do Sistema – ESS, aos Encargos de Energia de Reserva - EER, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.
- p) **Energia elétrica:** é a quantidade de energia elétrica ativa consumida durante qualquer período de tempo, expressa em Watt-hora (Wh) ou seus múltiplos.
- q) **Energia Consumida:** é a quantidade de energia elétrica ativa consumida em cada Mês Contratual, verificada pelo Agente de Medição, no Ponto de Medição da Unidade Consumidora da Compradora.
- r) **Energia Elétrica Contratada:** é a quantidade de energia elétrica a ser disponibilizada pela Vendedora à Compradora, durante o Período de Fornecimento, expressa em MWh (megawatt-hora) e em MW médio (megawatt-médio).
- s) **Energia Elétrica Contratada Anual:** é a quantidade de Energia Contratada de cada ano do calendário do Período de Fornecimento previsto neste Contrato, expressa em MWh (megawatt-hora) e em MW médio.
- t) **Energia Elétrica Mensal Contratada:** é a quantidade de Energia Contratada de cada Mês Contratual do Período de Fornecimento, expressa em MWh (megawatt-hora), obtida através do processo de sazonalização.
- u) **Energia Elétrica Mensal Faturável:** é a quantidade de energia elétrica a ser faturada pela Vendedora referente a cada Mês Contratual, sendo resultante da Energia Consumida no Ponto de Medição da Unidade Consumidora da Compradora, acrescida do Fator de Perdas e abatida a energia contratada no PROINFA.
- v) **Fator de Perdas:** fator que reflete as perdas elétricas entre o Centro de Gravidade e o Ponto de Medição da Unidade Consumidora da Compradora.

Anexos do TR

Fornecimento de Energia Elétrica no Ambiente Livre de Contratação – Filiais

w) **Flexibilidade:** percentual adicionado ou subtraído da energia contratada considerando os montantes mensais definidos após a sazonalização.

x) **Fonte Incentivada (com direito a desconto na TUSD/TUST conforme Lei 9.427/1996):** aproveitamentos hidrelétricos com potência superior a 3.000 kW (três mil quilowatts) e igual ou inferior a 30.000 kW (trinta mil quilowatts), destinados à produção independente ou autoprodução, com características de Pequena Central Hidrelétrica (PCH). empreendimentos hidrelétricos com potência igual ou inferior a 3.000 kW (três mil quilowatts). empreendimentos com base em fonte de biomassa, eólica ou solar fotovoltaica resultantes de leilões de compra de energia ou autorizados antes de 1º de janeiro de 2016 com injeção de até 30.000 kW (trinta mil quilowatts) nos sistemas de transmissão ou distribuição. e empreendimentos com base em fonte de biomassa, eólica e solar fotovoltaica resultantes de leilões de compra de energia ou autorizados a partir de 1º de janeiro de 2016 cuja potência injetada seja maior que 30.000 kW (trinta mil quilowatts) e menor ou igual a 300.000 kW (trezentos mil quilowatts).

y) **Fonte Convencional:** todas as que não se enquadram na definição de fonte incentivada, exceto empreendimento com base em fonte de energia com origem nos combustíveis fósseis não renováveis.

z) **Legislação:** todas as disposições constitucionais, leis, medidas provisórias, decretos, resoluções, portarias, instruções, ordens, declarações, determinações, regulamentos e interpretações oficiais de qualquer Autoridade Competente que tenha jurisdição sobre o assunto em questão, incluindo-se as Regras de Comercialização e os Procedimentos de Comercialização, e suas respectivas alterações posteriores ou quaisquer textos que venham a substituí-los.

aa) **MCP – MERCADO DE CURTO PRAZO:** Denominação do processo em que se procede à contabilização e liquidação financeira das diferenças apuradas entre os montantes de energia elétrica seguintes: a) contratados, registrados e validados pelos agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, cujo registro tenha sido efetivado pela Câmara. e b) de geração ou de consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.

bb) **Mês Contratual:** é todo e qualquer mês do calendário civil que esteja dentro do Período de Fornecimento.

cc) **Modulação:** processo de distribuição da energia faturável – EF em montantes horários, em cada ciclo de faturamento.

dd) **Modulação flat:** distribuição homogênea do fornecimento de energia faturável – EF em todos os patamares de carga definidos pelas regras de comercialização, em cada ciclo de faturamento.

Anexos do TR

Fornecimento de Energia Elétrica no Ambiente Livre de Contratação – Filiais

ee) **ONS:** o Operador Nacional do Sistema Elétrico, criado pela Lei nº 9.648/98 responsável pela coordenação, supervisão e controle da operação da geração e de transmissão de energia elétrica no sistema interligado.

ff) **Patamar de carga:** conjunto de horas caracterizado por nível de potência e por uma duração média, que é obtido a partir da análise de curvas de carga horária típicas de cada submercado.

gg) **Percentual de Referência para Redução na TUSD:** percentual de referência para redução na componente demanda da TUSD.

hh) **Percentual de Redução na TUSD:** percentual de redução a ser aplicado à componente demanda da TUSD verificado no relatório denominado "DCT001 – Desconto do Agente Vendedor, ou aquele que vier a substituí-lo, disponibilizado pela CCEE após processamento da contabilização de cada Mês Contratual.

ii) **Perdas:** de transmissão da rede básica ocorridas até ou a partir do ponto de entrega, conforme o caso, fixadas, desde já em 3% (três por cento).

jj) **Período de Apuração:** é o intervalo de tempo em que as condições de oferta e demanda de energia levam à definição de um esquema de produção específico e à determinação do respectivo Preço de Liquidação de Diferenças.

kk) **Período de Comercialização:** é o menor intervalo de tempo para contabilização das transações de energia elétrica a serem liquidadas na CCEE, conforme definido pelas Regras de Comercialização.

ll) **Período Contratual:** é o período compreendido entre a data de assinatura do presente contrato e a data do integral cumprimento de todas as obrigações neste previstas.

mm) **Período de Fornecimento:** é o período durante o qual a Vendedora disponibilizará a Energia Contratada para a Compradora.

nn) **PLD:** é o preço divulgado pela CCEE, calculado antecipadamente, com periodicidade máxima semanal e com base no custo marginal de operação, limitado por preço mínimo e máximo, vigentes para cada período de apuração e Submercado, pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo.

oo) **Ponto de Entrega:** é o Centro de Gravidade do Submercado, no qual a energia elétrica contratada será disponibilizada e vendida pela Vendedora à Compradora mediante entrega simbólica, para fins contábeis e de liquidação da compra e venda de energia elétrica no âmbito da CCEE.

Anexos do TR

Fornecimento de Energia Elétrica no Ambiente Livre de Contratação – Filiais

pp) **Ponto de Medição:** local de responsabilidade da Compradora, onde estão instalados os instrumentos para medição de grandezas elétricas da Unidade Consumidora, onde será realizada a leitura da Energia Consumida, pelo Agente de Medição.

qq) **Potência:** quantidade de energia elétrica solicitada na unidade de tempo, expressa em KW.

rr) **Preço Contratual:** é o preço da Energia Contratada no Ponto de Entrega, definido para cada ano do Período de Fornecimento, expresso em reais por megawatt-hora (R\$/MWh) e de acordo com a Energia Consumida, sujeito aos reajustes previstos no Contrato.

ss) **Preço de Reserva:** corresponde ao valor máximo que a DATAPREV pagará por MWh. O valor da melhor oferta no leilão de compra de energia elétrica incentivada para contratação deve ser igual ou inferior ao Preço de Reserva.

tt) **Procedimentos de Comercialização:** é o conjunto de normas aprovadas pela ANEEL que definem condições, requisitos, eventos e prazos relativos à comercialização de energia elétrica na CCEE, que devem ser respeitados pelas Partes no âmbito do Contrato.

uu) **Procedimento de Desligamento pela CCEE:** procedimento administrativo na CCEE, no qual o agente é desligado pelo descumprimento de regra setorial, ou que deixar de atender aos requisitos legais/normativos inerentes à condição que permite sua atuação no âmbito do Ambiente de Contratação Livre – ACL.

vv) **Procedimentos de Rede:** são os documentos aprovados pela ANEEL e elaborados pelo ONS, que estabelecem os procedimentos e requisitos técnicos necessários ao planejamento, implantação, uso e operação do SIN. e as responsabilidades do ONS e dos agentes.

ww) **PROINFA:** Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889, de 25 de junho de 2004.

xx) **Racionalização:** é a redução temporária formalmente incentivada por Autoridade Competente, adotada de forma voluntária ou não, do consumo ou contratos de energia elétrica para o Submercado ou região elétrica onde está localizada a Unidade Consumidora ou Geradora, ou o Submercado do Ponto de Entrega deste Contrato ou quaisquer outros incentivos ou determinações do Poder Público para a redução do consumo de energia elétrica de caráter emergencial.

yy) **Racionamento:** é a redução temporária e compulsória do consumo, contratos de energia elétrica ou de uso dos sistemas de distribuição, decretada por Legislação, para o Submercado ou região elétrica onde está localizada a Unidade Consumidora ou Geradora, ou o Submercado do Ponto de Entrega deste Contrato.

Anexos do TR

Fornecimento de Energia Elétrica no Ambiente Livre de Contratação – Filiais

zz) **Rede Básica:** instalações pertencentes ao Sistema Interligado Nacional, identificadas segundo as regras e condições estabelecidas pela ANEEL.

aaa) **Regras de Comercialização:** é o conjunto de regras operacionais e comerciais e suas formulações algébricas definidas pela ANEEL, aplicáveis à comercialização de energia elétrica na CCEE.

bbb) **Sazonalização:** é a distribuição dentro de cada Período de Fornecimento das quantidades de Energia Contratada Anual, definida pela Compradora, conforme limites estabelecidos.

ccc) **Sazonalização flat:** significa que é constante ao longo de cada ano do calendário civil.

ddd) **Sistema de coleta de Dados de Energia Elétrica – SCDE:** o sistema responsável pela coleta diária (realizada das 0h às 10h) e pelo tratamento dos dados de medição.

eee) **Sistema Interligado Nacional - SIN:** é o conjunto de instalações e equipamentos responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica das regiões do país interligadas eletricamente.

fff) **SIGACCEE:** Sistema de Contabilização e Liquidação - é o sistema computacional desenvolvido com base nas regras e procedimentos de Comercialização, que dá suporte à contabilização e liquidação financeira de toda comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE.

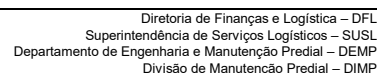
ggg) **SMF – Sistema de Medição e Faturamento.**

hhh) **Submercado:** são divisões do SIN para as quais são estabelecidos PLDs específicos e cujas fronteiras são definidas em razão da presença e duração de restrições relevantes de transmissão aos fluxos de energia elétrica no SIN.

iii) **Tributos:** são todos os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste Contrato, excluído qualquer outro existente ou que venha a ser criado sobre o lucro líquido ou resultado de qualquer das Partes. Tal exclusão abrange, não estando limitada ao imposto sobre a renda da pessoa jurídica, a contribuição social sobre o lucro líquido e impostos ou contribuições sobre movimentações financeiras.

jjj) **TUSD:** Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição a serem cobradas do Consumidor Livre ou Especial pelo uso das redes de distribuição das concessionárias do local onde ele está conectado.

kkk) **Unidade Consumidora (UC):** instalação ou instalações de propriedade da Compradora, definidas no Contrato, onde será entregue fisicamente a Energia Contratada pela Concessionária de Distribuição local.



4	Nordeste	Paraíba (PB)						
4.1	Período 1	01/01/2027	31/12/2027		264,0	528	792,0	R\$ 0,00
4.2	Período 2	01/01/2028	31/12/2028		264,0	528	792,0	R\$ 0,00
4.3	Período 3	01/01/2029	31/12/2029		264,0	528	792,0	R\$ 0,00
4.4	Período 4	01/01/2030	31/12/2030		264,0	528	792,0	R\$ 0,00
4.5	Período 5	01/01/2031	31/12/2031		264,0	528	792,0	R\$ 0,00
Total item 4							3.960,0	R\$ 0,00

TOTAL - Os preços da energia elétrica a serem contratados, conforme as condições específicas do produto, devem incluir todos os tributos, taxas e encargos previstos na legislação vigente, como ICMS, PIS e COFINS, entre outros.	CARGA Total Máx (MWh)	CUSTO Total (R\$)
	108.981,0	R\$ 0,00

OBS:

- Os dados da tabela (distribuição da energia contratada) são referenciais.
- Percentual de referência para redução na TUSD: mínimo de 50% e máximo de 100% - **APENAS** para os itens 1, 2 e 3 que já migraram para o ACL e possuem direito adquirido nos termos da Lei nº 15.269/2025.
- Fator de perdas: 3% (Constante Padrão).
- Compensação financeira por flexibilidade:
 - Preço contratual da energia consumida mínima: PLD do mês acrescido de R\$ 15,00/MWh.
 - Preço contratual da energia excedente: PLD do mês acrescido de R\$ 30,00/MWh.

DECLARAMOS QUE: Nos valores constantes desta proposta estão incluídas todas as despesas com encargos sociais, seguros, taxas, **impostos federais, estaduais e municipais**. Assim como contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários, diárias, locomoção, hospedagem, transporte, alimentação e quaisquer outras despesas ou encargos necessários à perfeita execução do objeto da licitação, sem qualquer custo adicional, bem como quaisquer parcelas de outra natureza, direta ou indireta, pertinentes à formação do preço dos serviços. Não nos cabendo o direito de pleitear a CONTRATANTE qualquer majoração do preço, sob a alegação de desequilíbrio econômico-financeiro, em face das variações quantitativas/qualitativas ocorridas na execução do objeto, bem como de pleitear qualquer valor referente eventual perda de ação judicial pela qual nossa empresa tenha dado causa, tal como exemplo, o não pagamento de qualquer tributo municipal, estadual ou federal ou encargo trabalhista.

Obs.: Deve-se preencher somente os campos em amarelo, os demais serão preenchidos automaticamente.

Anexos do TR

Fornecimento de Energia Elétrica no Ambiente Livre de Contratação – Filiais

**ANEXO III
INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO**

OUTORGANTE:

DATAPREV.....

OUTORGADO:

XXXXX, agente comprador, com sede na xxxxxxxxx, na cidade de, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxx, através de seus representantes legais.

PODERES ENQUANTO VIGENTE O CONTRATO:

- a) Solicitar informações perante a Distribuidora, **CCEE**, **ANEEL** e Comercializador de Energia para atendimento do escopo do Contrato, especialmente, para obtenção de informações e documentos em nome do outorgante;
- b) Obter todos os dados que forem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato; e
- c) Vedado substabelecimento.

Representante Legal

Nome:

Cargo:

CPF:

RG:

Representante Legal

Nome:

Cargo:

CPF:

RG:

Anexos do TR

Fornecimento de Energia Elétrica no Ambiente Livre de Contratação – Filiais

ANEXO IV

MINUTA CONTRATO PARA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA

De um lado, o(a) (pessoa física ou jurídica representada), inscrito(a) no (CPF)/(CNPJ)/MF sob o no (000.000.000-00) / (00.000.000/0000-00), com sede/domicílio em (endereço completo), doravante denominado REPRESENTADO e, de outro, o(a) (agente representante), inscrito no CNPJ/MF sob o nº (00.000.000/0000-00), com sede em (endereço completo), doravante denominado REPRESENTANTE, quando em conjunto denominados PARTES, em conformidade com as normas de regência, aderem, de forma integral, a este Contrato para Comercialização Varejista, cuja validade e eficácia, para todos os fins de fato e de direito, ficam condicionadas à efetivação da modelagem do ativo de medição no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, doravante denominada CCEE.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este CONTRATO relaciona os principais direitos e obrigações atinentes à comercialização de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, em nome e conta do REPRESENTANTE, doravante denominada de COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA.

Subcláusula Primeira - A COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA a que alude a Cláusula Primeira caracteriza-se pela representação continuada, pelo REPRESENTANTE, do REPRESENTADO não submetido à adesão própria à CCEE.

Subcláusula Segunda - A representação exercida pelo REPRESENTANTE na CCEE constitui atividade econômica explorada por sua conta e risco, sem prejuízo de seus direitos em face do REPRESENTADO.

Subcláusula Terceira - A COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA, personalíssima, além das disposições normativas gerais vigentes, é especialmente regida pelas normas expedidas ou aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e suas alterações supervenientes, que a ela se aplicarão automaticamente.

Subcláusula Quarta - Instaurando-se o racionamento de energia elétrica pelo Poder Público, todas as avenças comerciais deverão ser ajustadas aos termos dispostos pela legislação superveniente e pela regulamentação da ANEEL.

Anexos do TR

Fornecimento de Energia Elétrica no Ambiente Livre de Contratação – Filiais

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS AVENÇAS COMERCIAIS

São livremente ajustadas entre as PARTES demais avenças comerciais relacionadas à COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA, independentemente da forma e do instrumento eleitos, notadamente: (i) os montantes, forma e flexibilidades para sua contratação bilateral; (ii) apuração; (iii) preços e eventuais descontos incidentes no uso do sistema elétrico (iv) cobrança e pagamento; (v) garantias; (vi) mora; (vii) condições para fidelização, vantagens e penalidades; (viii) prêmios; e (ix) fontes da energia comercializada.

Subcláusula Primeira - Os instrumentos bilaterais celebrados entre as PARTES são acessórios e integram o presente CONTRATO.

Subcláusula Segunda - As avenças comerciais a que alude essa Cláusula Segunda são estabelecidas em conformidade com os preceitos legais e regulamentares aplicáveis, sendo nulas eventuais disposições deles dissonantes e sujeitas à imposição da penalidade administrativa correspondente.

Subcláusula Terceira - Este CONTRATO e demais instrumentos bilaterais acessórios celebrados, nos termos da legislação de regência, constituem TÍTULO EXECUTIVO.

Subcláusula Quarta - Modelagem é o procedimento específico destinado à vinculação de ativos de medição de geração ou consumo, a determinado agente da CCEE, para fins da contabilização e liquidação financeira e demais obrigações atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DIREITOS DO REPRESENTADO

Subcláusula Primeira - Eventuais descontos associados às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição, aplicáveis às unidades consumidoras representadas, são fruídos de maneira uniforme por todas as unidades consumidoras modeladas sob o mesmo perfil contábil.

Subcláusula Segunda - Na hipótese de instauração de procedimento destinado ao desligamento do REPRESENTANTE na CCEE ou de processo administrativo referente à revogação de outorga na ANEEL, a partir da notificação a que alude a norma de regência, é facultado ao REPRESENTADO invocar a resolução contratual, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

Subcláusula Terceira - A hipótese de resolução contratual a que alude a Subcláusula Segunda tem seus efeitos modulados quanto a cada ponto de medição, conforme sejam modelados no âmbito da CCEE por seu titular, caso a regulação vigente não exija sua representação por agente varejista, por outro representante ou ainda, se consumidor, seja atendido pela distribuidora local, se com ela acordado, em prazo inferior ao estabelecido pelas normas de regência.

Anexos do TR

Fornecimento de Energia Elétrica no Ambiente Livre de Contratação – Filiais

Subcláusula Quarta - O exercício da faculdade a que alude a Subcláusula Segunda, pelo REPRESENTADO, é livre de quaisquer ônus, penalidade contratual ou pleitos atinentes a ressarcimento do REPRESENTANTE que não exclusivamente aquele relacionado à parcela de comercialização contratada e já liquidada no âmbito da CCEE.

Subcláusula Quinta - Eventual descumprimento contratual por parte do REPRESENTANTE, seja obrigação decorrente das normas de regência ou disposição contratual livremente avençada, enseja, a critério do REPRESENTADO, alternativa ou cumulativamente, a inscrição em cadastro de proteção ao crédito, a propositura de medidas judiciais e, observada a antecedência mínima, a resolução contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO REPRESENTADO

Subcláusula Primeira - O REPRESENTADO deve diligenciar pela continuidade de sua operação comercial antes do advento do término deste CONTRATO, nas seguintes hipóteses:

I - de rescisão contratual; ou

II - de resolução, por inadimplemento contratual ou desligamento do REPRESENTANTE.

Subcláusula Segunda - Negligenciado o disposto na subcláusula primeira pelo representado, quando consumidor, se sujeita à suspensão do fornecimento das unidades consumidoras até então representadas, por ausência de relação de consumo.

Subcláusula Terceira - Negligenciado o disposto na subcláusula primeira pelo representado, quando gerador, se sujeita aos mesmos efeitos aplicáveis a qualquer gerador desligado da CCEE, consoante normas de regência.

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS DO REPRESENTANTE

Eventual descumprimento contratual por parte do REPRESENTADO, seja obrigação decorrente das normas de regência ou disposição contratual livremente avençada, enseja, a critério do REPRESENTANTE, alternativa ou cumulativamente, a inscrição em cadastro de proteção ao crédito, a propositura de medidas judiciais e, observada a antecedência mínima, a resolução contratual.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO AGENTE REPRESENTANTE

Subcláusula Primeira - O REPRESENTANTE, enquanto viger o presente CONTRATO, renuncia a sua prerrogativa legal para o exercício do desligamento voluntário da CCEE.

Subcláusula Segunda - O REPRESENTANTE, no exercício da representação ora contratada, diligenciará sua atuação no mercado de modo a adotar as melhores práticas e atuar com probidade e boa-

Anexos do TR

Fornecimento de Energia Elétrica no Ambiente Livre de Contratação – Filiais

fé.

Subcláusula Terceira - É de inteira responsabilidade do REPRESENTANTE, no âmbito da CCEE, arcar com todos os riscos e obrigações atinentes à COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

Subcláusula Primeira - A partir da efetivação da primeira modelagem de ativos de medição de geração ou consumo no âmbito da CCEE, conforme estabelecido em Procedimento de Comercialização, o presente CONTRATO vigorará por prazo indeterminado, até o advento de qualquer das hipóteses extintivas.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA

Subcláusula Primeira - Dá-se a rescisão do contrato e põe termo à COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA, mediante declaração de vontade, por denúncia à prorrogação da representação contratada por prazo indeterminado, exceto nos casos em que a rescisão contratual ocorrer por iniciativa de ambas as partes (comum acordo).

Subcláusula Segunda - A denúncia a que alude a Subcláusula Primeira deve ser notificada por uma PARTE à outra e à CCEE com antecedência mínima de noventa dias da data de término PRETENDIDA para a contratação, que deverá ser coincidente com o término da contabilização na CCEE, consoante definido em Procedimento de Comercialização.

Subcláusula Terceira - É facultado às PARTES pactuar penalidade atinente à denúncia a que alude a Subcláusula Primeira, quando invocada em momento anterior ao avençado, por meio do contrato bilateral celebrado com vigência por prazo indeterminado.

Subcláusula Quarta - Dá-se a resolução do contrato e põe termo à COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA, em razão da inexecução contratual, por:

I - falência do REPRESENTADO, quando do encerramento de suas atividades ou da massa falida;

II - inadimplemento contratual do REPRESENTADO ou do REPRESENTANTE, sendo que o inadimplemento do REPRESENTADO é passível de corte físico da Unidade Consumidora (UC) nos termos da regulação vigente;

III - desligamento, compulsório ou por inadimplemento, do REPRESENTANTE; ou

IV - inabilitação superveniente do REPRESENTANTE à comercialização varejista.

Subcláusula Quinta - A resolução por inadimplemento se opera mediante a notificação pela PARTE adimplente à outra e à CCEE, com prazo de antecedência mínima de quinze dias da data de término

Anexos do TR

Fornecimento de Energia Elétrica no Ambiente Livre de Contratação – Filiais

PRETENDIDA para a contratação, que deverá ser coincidente com o término da contabilização na CCEE, consoante definido em Procedimento de Comercialização.

Subcláusula Sexta – No caso de notificação enviada pelo REPRESENTANTE por motivo de resolução contratual ou de rescisão contratual, a notificação deve adicionalmente informar o REPRESENTADO que diligencie, se for o caso, pela continuidade de sua operação comercial antes da data de término PRETENDIDA para a contratação, conforme definição estabelecida nos Procedimentos de Comercialização, e que está sujeito à suspensão de fornecimento de energia elétrica após essa data.

Subcláusula Sétima - A resolução contratual, por desligamento do REPRESENTANTE, se opera nos termos da norma de regência.

CLÁUSULA NONA - DAS INFORMAÇÕES DO REPRESENTADO

Subcláusula Primeira - O REPRESENTADO deve manter atualizados os dados discriminados no anexo a este CONTRATO e outros que venham a ser requisitados pela CCEE, junto ao REPRESENTANTE, a fim de que possa ser notificado acerca de ocorrências ou quaisquer outras estipulações previstas nas normas vigentes.

Subcláusula Segunda - O REPRESENTANTE deve manter atualizados os dados de que trata a Subcláusula Primeira referentes ao REPRESENTADO, junto à CCEE.

Subcláusula Terceira - O REPRESENTADO e o REPRESENTANTE devem atender, no prazo fixado, toda requisição emitida pela CCEE acerca da prestação de informações e apresentação de documentos atinentes à presente modalidade de comercialização ou ainda previstas nas normas setoriais.

Subcláusula Quarta - A ausência de notificação, quando do descumprimento do disposto na Subcláusula Primeira pelo REPRESENTADO, não é oponível como causa excludente de responsabilidade ou violação à ampla defesa e ao contraditório, sendo considerada justa e válida qualquer imposição de cobrança, sanção, desligamento da CCEE e a suspensão do fornecimento de unidades consumidoras.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA

Subcláusula Primeira - Reclamações acerca de eventual descumprimento das normas setoriais podem ser submetidas diretamente à agência estadual conveniada ou, em sua ausência, à ANEEL.

Subcláusula Segunda - Eventuais conflitos decorrentes da presente comercialização que não estejam consubstanciados nas normas vigentes podem ser submetidos à mediação da ANEEL.

Anexos do TR

Fornecimento de Energia Elétrica no Ambiente Livre de Contratação – Filiais

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

O presente CONTRATO, ao qual aderem o REPRESENTADO e o REPRESENTANTE em caráter irrevogável e irretratável, é lavrado em três vias.

(Local de assinatura), em (dia) de (mês) de (ano).

Parte: (representado) _____

Parte: (agente da CCEE representante)

ANEXO AO CONTRATO PARA COMERCIALIZAÇÃO VAREJISTA

Tabela 1 - Informações do REPRESENTADO

REPRESENTADO:					CPF ou CNPJ:
Unidade modelada:					
1)					
2)	Endereço:	Responsável (nome e CPF):	Telefone:	E-mail:	CNPJ Filial:
...					

(Local de assinatura), em (dia) de (mês) de (ano).

Parte: (representado)

Parte: (agente da CCEE representante)